



'UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**XXVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2024**

**ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA (MOC)
NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO
TERRITÓRIO DO SISAL**

Raila Santos Reis Rios¹; Acácia Batista Dias

1. Bolsista – Modalidade Bolsa PROBIC/UEFS, Graduando em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: railasrios@gmail.com
2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: acacia@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Violência de contra a mulher; MOC; Território do Sisal.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao projeto "Ser Tão Forte: Desenvolvimento Territorial Sustentável" e tem como objetivo analisar a atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) no enfrentamento à violência contra a mulher com foco no Território do Sisal, a partir do Programa Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR). O MOC é uma entidade filantrópica que, desde o final da década de 1960, atua em diversas frentes de organização comunitária em três Territórios de Identidade da Bahia (Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Sisal). O MOC desempenha ações fundamentais na promoção da cidadania e do desenvolvimento sustentável. O PGGIR é uma ampliação do Programa de Gênero, o qual foi criado para promover a igualdade de gênero, incentivar a autonomia econômica e social das mulheres, e combater as violências presentes na região.

MÉTODOS OU METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi qualitativa, com foco em análise documental e o uso de entrevistas semiestruturadas, as quais foram orientadas por roteiros semiestruturados. Após a realização, todos os depoimentos foram transcritos, sistematizados e analisados. Caregnato e Mutti (2006) descrevem que na primeira etapa de organização do material coletado, se pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos, entre outros que fundamentam a interpretação. Nesta pesquisa orientou-se pela busca e cruzamento de dados, com a análise das entrevistas junto com a bibliografia que alicerça a discussão.

Foram realizadas três entrevistas com mulheres que tiveram participação direta na implementação do PGGIR, isso inclui desde a percepção da necessidade de atuação específica com mulheres rurais até a institucionalização de um programa com foco em gênero, geração e raça. As entrevistadas foram: Sônia Coutinho, Maria Vandalva Oliveira e Selma de Jesus. Mulheres comprometidas com a equidade de gênero e com a autonomia socioeconômica e política das mulheres presentes nos espaços de atuação da entidade. Além das entrevistas, foi realizada também uma revisão bibliográfica sobre o histórico do MOC e sua atuação frente a garantia de direitos das mulheres.

RESULTADOS

O Programa Gênero, Geração e Igualdade Racial (PGGIR) do MOC se consolidou como uma das iniciativas voltadas para o combate à desigualdade de gênero no Território do Sisal. Desde sua criação, o programa tem sido responsável por mobilizar mulheres rurais, comumente invisibilizadas social e politicamente, gerando a elas recursos para a luta contra a violência doméstica, além de incentivar sua inserção nos espaços de tomada de decisão. As entrevistas revelaram avanços institucionais do PGGIR, mas também ressaltaram as dificuldades enfrentadas ao longo dos anos para inserir o tema da violência de gênero na agenda de prioridades do MOC. O acesso aos documentos institucionais foi parcialmente restrito, devido à reorganização interna da entidade, mas os depoimentos forneceram uma base sólida para a análise do desenvolvimento do programa.

O PGGIR atua tanto de acordo com a demanda do público atendido como também é atualizado a partir das pautas internacionais através dos termos de cooperação com entidades estrangeiras; nacionalmente com a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), e no âmbito do Estado em parceria com a Secretaria de Política para as Mulheres da Bahia (SPM-BA). O MOC se soma as agendas de luta das mulheres, essa atuação específica sobre a questão da violência ocorre principalmente nos meses de março, agosto, novembro e dezembro.

Março por comemoração do Dia Internacional da Mulher, a equipe do MOC cria, de maneira intensa, atividades e formações sobre a vida das mulheres, com foco na questão da violência, com ênfase no combate ao feminicídio. A campanha Agosto Lilás, criada por meio da Lei nº 14.448/2022, tem como objetivo instruir a população a como identificar e reagir aos casos de violência, alertando ainda que muitos desses podem ser pouco perceptíveis, como em situações de violência psicológica. Nos meses de novembro e dezembro ocorre a campanha 21 dias de ativismo, em diversos municípios e comunidades rurais e culmina com um evento na cidade de Feira de Santana, o qual conta com a participação de mulheres de diferentes localidades e entidades para juntas refletirem e se mobilizarem no enfrentamento à violência contra à mulher.

Através do PGGIR busca-se promover a transversalidade de gênero em todos os programas do MOC, colocando pautas de interesse das mulheres nas mais diversas ações. Em termos de enfrentamento à violência, o PGGIR adotou estratégias como rodas de conversa, campanhas educativas, e ações conjuntas com entidades locais, como CRAS e CREAS, para conscientizar sobre as diferentes formas de violência: física, psicológica, patrimonial, entre outras.

A pesquisa identificou, no entanto, que a falta de apoio institucional de algumas prefeituras e entidades locais ainda é um obstáculo para a plena implementação das

políticas de enfrentamento à violência. Mesmo com a promulgação da Lei Maria da Penha, o desconhecimento sobre os direitos das mulheres e a falta de infraestrutura adequada para acolhimento das vítimas são problemas recorrentes na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desta pesquisa mostram que o MOC, por meio do PGGIR, desempenhou um papel fundamental no fortalecimento da luta das mulheres contra a violência no Território do Sisal. O programa conseguiu, ao longo dos anos, ampliar sua atuação, inserindo a pauta da violência de gênero em um contexto marcado pela desigualdade estrutural e pela invisibilidade das mulheres rurais.

Contudo, a pesquisa também evidencia que ainda há muitos desafios a serem enfrentados. As entrevistadas destacam que, apesar dos avanços, é preciso continuar investindo na formação política das mulheres, na transversalidade de gênero em políticas públicas e no fortalecimento de redes de apoio.

O MOC, como uma das principais entidades de mobilização social no Território do Sisal, continua sendo uma referência para outras organizações que lutam pela igualdade de gênero e pelos direitos das mulheres. A continuidade e o fortalecimento de programas como o PGGIR são essenciais para que as mulheres da região possam romper com ciclos de violência e conquistar autonomia.

REFERÊNCIAS

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R.. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, out. 2006.

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

LEI N° 14.448, DE 9 DE SETEMBRO DE 2022. Institui, em âmbito nacional, o Agosto Lilás como mês de proteção à mulher, destinado à conscientização para o fim da violência contra a mulher.